



**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR- ETP**

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

**1.1.** O presente Estudo Técnico Preliminar caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e tem por objeto subsidiar a contratação direta, em caráter emergencial, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, visando à AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO DE 225 kVA, 34,5 kV, incluindo a elaboração do projeto elétrico da subestação, aprovação junto à concessionária de energia elétrica (ENERGISA), realização de ensaios, transporte, instalação e comissionamento, para atendimento da EMEIF Ozéias Martins da Silva, localizada no Distrito de Jacynópolis, área rural do Município de Nova Mamoré/RO.

**1.2.** O transformador a ser adquirido deverá possuir, no mínimo, as seguintes características técnicas: transformador de média tensão, trifásico, a óleo, potência nominal de 225 kVA, primário 36 kV (36000/34500/33000/31500/30000 V), secundário 220/127 V, frequência 60 Hz, produzido e ensaiado conforme a ABNT NBR 5440, incluindo todos os acessórios necessários à perfeita instalação e operação.

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

**2.1.** A aquisição se faz necessária em razão da substituição do transformador existente na subestação da escola Ozéias Martins da Silva, o qual queimou, e que resultou em transtorno à escola, ocasionando prejuízos, uma vez que os freezers estavam abastecidos com carnes e polpas de frutas, entre outros alimentos para atender ao ano letivo de 2026.

**2.2.** Considerando a aproximação do retorno às atividades escolares, que demanda exclusivamente de energia elétrica para o funcionamento das centrais de ar condicionado, freezers, geladeira, liquidificador, computadores entre outros, é que pleiteamos a substituição deste transformador de forma emergencial.

**2.3.** Diante do exposto, e em observância ao princípio da eficiência e do interesse público, a aquisição de um transformador de energia desta potência é considerada **imprescindível** para o pleno e adequado funcionamento das atividades da referida escola, uma vez que se aproxima o início do ano letivo de 2026.

**3. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL**

**3.1.** A situação ora enfrentada pela Administração caracteriza-se como emergência administrativa, nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, independentemente da decretação formal de estado de emergência ou calamidade pública, uma vez que o referido dispositivo legal não condiciona a dispensa de licitação à existência de decreto, mas sim à comprovação de urgência e risco à continuidade do serviço público.

**3.2.** No caso concreto, a queima do transformador de energia elétrica da unidade escolar ocasionou a interrupção total do fornecimento de energia, inviabilizando o funcionamento de equipamentos essenciais às atividades educacionais, administrativas e de apoio, tais como sistemas de climatização, equipamentos de informática, freezers e demais estruturas indispensáveis ao ambiente escolar.

**3.3.** A proximidade do início do ano letivo agrava significativamente a situação, uma vez que a ausência de energia elétrica compromete de forma direta e imediata a prestação do serviço público essencial de educação, gerando prejuízos pedagógicos, administrativos e sociais à comunidade escolar.

**3.4.** A emergência decorre de evento imprevisível, consistente na falha e queima do transformador, somado à urgência temporal imposta pelo calendário escolar, não sendo razoável

aguardar a tramitação de procedimento licitatório regular, cujo prazo se mostra incompatível com a necessidade de restabelecimento imediato do serviço.

**3.5.** Assim, a contratação direta limita-se ao estritamente necessário para superar a situação emergencial, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público e interesse público, ainda que inexistente decreto formal de estado de emergência.

#### **4. ÁREA REQUISITANTE**

**4.1.** Secretaria Municipal de Educação, em atendimento específico à EMEIF Ozéias Martins da Silva, localizada no Distrito de Jacynópolis, há 128 km distante da sede.

#### **5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**5.1.** A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional comprovada para o fornecimento do transformador, elaboração do projeto elétrico da subestação, aprovação junto à concessionária de energia elétrica e execução dos serviços de instalação e comissionamento.

**5.2.** O transformador e os serviços deverão atender integralmente às normas técnicas aplicáveis, em especial à ABNT NBR 5440 e às exigências da concessionária de energia elétrica (ENERGISA).

**5.3.** O equipamento deverá ser novo, sem uso anterior, devidamente identificado, embalado, transportado e instalado sob responsabilidade da contratada, com garantia do equipamento e dos serviços executados.

**5.4.** O requisito básico para Contratação da Empresa é que ela seja qualificada, e que conste o ramo de atividade no contrato social, seja licenciada e autorizada, tendo total competência e capacidade técnica para fornecer objeto, o serviço elaboração do projeto da subestação e o serviço de instalação conforme especificado no Projeto Básico.

**5.5.** O Transformador de Energia de 225 kva, bem como o serviço de elaboração do projeto da subestação e o serviço de instalação a ser fornecido deverá estar em conformidade com as normas aplicáveis à espécie e instalado de forma adequada fornecendo a garantia do serviço.

**5.6.** Deverá ser entregue devidamente embalado, acondicionado e transportado com segurança e sob responsabilidade da empresa licitante, bem como instalado pela empresa licitante no local/pátio da escola, apresentando garantia do serviço.

**5.7.** O Fiscal/Gestor do Contrato não aceitará ou receberá qualquer produto/bem /ou serviço com defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à empresa licitante efetuar as substituições necessárias, sob pena de aplicação das sanções legais.

**5.8.** As obrigações das partes serão formalizadas por meio da celebração da assinatura do contrato.

**5.9.** Todas as despesas e custos necessários, bem como as despesas com tributos, encargos sociais, deslocamentos, fretes e outras mais que se fizerem necessárias, em decorrência do fornecimento do objeto do presente Estudo, deverão estar incluídas no preço vencedor.

**5.11.** A licitante deverá apresentar, como documento necessário à habilitação: ATESTADO emitido por órgão oficial competente, e/ou empresas privada comprovando que a licitante proponente tenha prestado os serviços de fornecimento do objeto para outros entes, de forma a atestar a capacidade técnica para a futura contratação; possuir regularidade perante o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), com comprovação através de certidão negativa.

**5.12.** Possuir certidões válidas, conforme o §4º do Art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

#### **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**6.1.** O levantamento de mercado e a estimativa de custos da presente contratação foram realizados pelo Setor de Engenharia do Município, por meio da elaboração de orçamento técnico detalhado, considerando a especificidade do objeto e as condições locais de execução.

**6.2.** Para a composição dos preços, o Setor de Engenharia utilizou como referência as tabelas oficiais de custos e bases públicas reconhecidas, notadamente:

- a) Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil SINAPI, base Rondônia;
- b) Sistema de Custos Rodoviários SICRO, quando aplicável;
- c) Sistema de Custos da Construção SBC;

d) Composições próprias do Município de Nova Mamoré (PMNM), devidamente justificadas no orçamento.

**6.3.** O levantamento resultou na elaboração de Orçamento Sintético para a Aquisição e Instalação de Transformador 225 kVA Jacynópolis, contemplando serviços preliminares, elaboração do projeto de subestação, execução de mureta, substituição do transformador, fornecimento de materiais, mão de obra, encargos sociais e aplicação de BDI, conforme demonstrado nas planilhas técnicas elaboradas pelo Setor de Engenharia.

**6.4.** O valor global estimado da contratação, conforme orçamento técnico elaborado, é de R\$ 95.291,45 (noventa e cinco mil, duzentos e noventa e um reais e quarenta e cinco centavos), considerado compatível com os preços praticados no mercado e adequado à complexidade e urgência do objeto.

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**7.1.** A solução adotada consiste na contratação integrada do fornecimento do transformador, elaboração do projeto da subestação, aprovação junto à concessionária, instalação e comissionamento, de modo a assegurar o pleno restabelecimento do fornecimento de energia elétrica à unidade escolar.

**7.2.** Tal solução mostra-se a mais eficiente e segura, reduzindo riscos técnicos, atrasos e custos adicionais à Administração.

## **8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

**8.1.** A contratação compreenderá:

I 01 (um) Transformador trifásico de 225 kVA;

II 01 (um) serviço de elaboração de projeto elétrico de subestação;

III 01 (um) serviço de instalação e comissionamento do transformador.

## **9. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO REALIZAÇÃO DO PARCELAMENTO DO OBJETO**

**9.1.** A não realização do parcelamento do objeto mostra-se tecnicamente necessária e juridicamente adequada, uma vez que os itens que compõem a presente contratação aquisição do transformador trifásico de 225 kVA, elaboração do projeto elétrico da subestação, aprovação do projeto junto à concessionária de energia elétrica (ENERGISA) e os serviços de instalação e comissionamento são tecnicamente indissociáveis e interdependentes.

**9.2.** A execução fragmentada do objeto, mediante contratações distintas, acarretaria risco elevado de incompatibilidade técnica, comprometendo a segurança da instalação, a regularidade da ligação junto à concessionária de energia elétrica e o pleno funcionamento do sistema, podendo resultar em retrabalho, atrasos na execução e aumento de custos à Administração.

**9.3.** O correto funcionamento do transformador depende diretamente da adequação do projeto elétrico, da aprovação prévia pela concessionária e da instalação conforme os parâmetros técnicos exigidos, não sendo possível garantir o resultado pretendido caso tais etapas sejam contratadas de forma isolada.

**9.4.** Dessa forma, a contratação integrada do fornecimento do equipamento e dos serviços correlatos revela-se a solução mais eficiente, segura e econômica, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, razão pela qual não se justifica o parcelamento do objeto no presente caso.

## **10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO**

### **10.1. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA**

#### **10.1.1. Sobre o PCA, a Lei 14.133/2021 dispõe:**

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

VII a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

**10.1.2.** Conforme o exposto, fica evidenciado que a elaboração do Plano de Contratações Anual é facultada a cada ente Federativo, na forma de regulamento, não sendo elemento obrigatório aos processos administrativos regidos pela Nova Lei de Licitações.

**10.1.3.** Embora não obrigue a sua elaboração, é recomendável que seja providenciada para melhor governança das contratações públicas promovendo um planejamento eficiente e a boa gestão orçamentária, porém a não elaboração não impede de contratar o objeto pretendido;

**10.1.4.** No entanto, mesmo sendo esta demanda em caráter emergencial, a Secretaria Municipal de Educação efetuou a solicitação junto à SEMAP, por meio do DFD (ID 293302), para a devida inserção da aquisição/ serviço no PCA-2026.

## **11. RESULTADOS PRETENDIDOS**

**11.1.** Retomar às atividades normais na instituição de ensino, EMEIF Ozéias Martins da Silva, a fim de ofertar segurança, comodidade e eficiência na qualidade dos serviços públicos prestados à comunidade escolar daquele Distrito.

## **12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

**12.1.** Os principais impactos ambientais são:

### **12.1.1. Riscos de Contaminação (Operação e Manutenção)**

O impacto mais crítico ocorre nos modelos isolados a óleo mineral, que é o padrão mais comum e econômico para postes.

**Vazamentos e Derramamentos:** Em caso de falhas mecânicas ou corrosão, o óleo pode vazar, contaminando o solo e atingindo lençóis freáticos. Uma pequena quantidade de óleo pode tornar grandes volumes de água impróprios para consumo.

**Riscos de Incêndio:** O óleo mineral é inflamável. Um curto-circuito pode causar explosões, liberando fumaça tóxica e espalhando óleo em chamas no entorno.

**Substâncias Tóxicas (PCBs):** Embora proibidos em equipamentos novos, transformadores antigos ou recondicionados podem conter Ascarel (PCB), uma substância altamente cancerígena e persistente no meio ambiente.

### **12.1.2. Eficiência Energética e Perdas**

**Aquecimento e Desperdício:** Todo transformador dissipa energia em forma de calor (perdas no ferro e no cobre). Um equipamento de baixa eficiência consome mais energia da rede para entregar os mesmos 225 kVA, aumentando indiretamente a pegada de carbono da instalação.

**Ruído:** A vibração das chapas de aço (magnetoestrição) causa poluição sonora, o que pode ser um impacto relevante em áreas residenciais ou hospitais.

### **12.1.3. Descarte e Ciclo de Vida**

**Logística Reversa:** Ao final da vida útil (cerca de 20 a 30 anos), o transformador não pode ser descartado como lixo comum. Metais como cobre e aço são altamente recicláveis, mas o óleo exige regeneração ou incineração controlada.

**Multas Ambientais:** O descarte irregular pode gerar multas pesadas (frequentemente acima de R\$ 50.000 no Brasil) e responsabilidade criminal para a empresa compradora.

## **13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**

**13.1.** Conclui-se que a contratação direta emergencial, nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, mostra-se plenamente viável, necessária e adequada para atendimento do interesse público, não havendo óbices ao prosseguimento do feito

**Elaborado por:**

**Patrícia Alves Pereira**  
Técnica em Educação

**Maria José Alves de Andrade**  
Diretora de Finanças da SEMED

**Autorizado por:**

**Eunice Menezes de Souza**  
Secretaria Municipal de Educação



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA ALVES PEREIRA, TECNICO EM EDUCAÇÃO Z. URBANA**, em 11/02/2026 às 17:07, horário de Nova Mamoré/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 7.948 de 17/01/2024](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JOSE ALVES DE ANDRADE, DIRETOR(A) DE FINANÇAS-SEMED**, em 11/02/2026 às 17:10, horário de Nova Mamoré/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 7.948 de 17/01/2024](#).



Documento assinado eletronicamente por **EUNICE MENEZES DE SOUZA, SECRETARIO(A) MUN. DE EDUCAÇÃO**, em 11/02/2026 às 17:42, horário de Nova Mamoré/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 7.948 de 17/01/2024](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.novamamore.ro.gov.br](https://transparencia.novamamore.ro.gov.br), informando o ID **307829** e o código verificador **685AA0A0**.

**Referência:** [Processo nº 1-319/2026](#).

Docto ID: 307829 v1



### **PROJETO BÁSICO**

AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO DE 225 KVA, 34,5 KV, INCLUINDO A ELABORAÇÃO DO PROJETO ELÉTRICO DA SUBESTAÇÃO E APROVAÇÃO JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA (ENERGISA)





## SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS .....	4
Apêndices: .....	4
2. DEFINIÇÃO DO OBJETO .....	4
<b>2.1. Condições gerais da contratação</b> .....	4
3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO .....	6
4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO .....	6
5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO .....	7
<b>5.1. Subcontratação</b> .....	7
<b>5.2. Garantia da contratação</b> .....	7
<b>5.3. Vistoria Técnica</b> .....	8
<b>5.4. Aprovação de materiais</b> .....	8
6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO .....	9
<b>6.1. Condições de execução</b> .....	9
<b>6.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:</b> .....	9
<b>6.3. Local da obra</b> .....	10
7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO .....	10
<b>7.1. Gestão e fiscalização</b> .....	10
<b>7.2. Fiscalização</b> .....	11
<b>7.3. Fiscalização Técnica</b> .....	12
<b>7.4. Fiscalização administrativa</b> .....	13
<b>7.5. Gestor do contrato</b> .....	13
8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO .....	14
<b>8.1. Do recebimento</b> .....	14
<b>8.2. Liquidação</b> .....	17
<b>8.3. Prazo de pagamento</b> .....	18
<b>8.4. Forma de pagamento</b> .....	19
<b>8.5. Reajuste</b> .....	20





9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	20
9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta .....	20
9.2. Regime de execução.....	20
9.3. Critério de aceitabilidade de preços .....	20
9.4. Exigências de habilitação.....	21
10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO .....	27
11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	27
12. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	28
13. INSTRUMENTO CONTRATUAL E OBRIGAÇÕES .....	30
13.1. Da Contratante .....	30
13.2. Da Contratada/Fornecedor .....	30
13.3. Responsabilizar-se: .....	32
13.4. A responsabilidade:.....	32
14. MANUAL DO PROPRIETÁRIO.....	37
14.1. Das Sanções Administrativas.....	38
15. INFORMAÇÕES GERAIS .....	44
16. RESPONSÁVEIS .....	44







## 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

<b>CONVENIENTE:</b>	Prefeitura Municipal de Nova Mamoré
<b>LOCAL DA OBRA:</b>	EMEIF Ozéias Martins da Silva, localizada no Distrito de Jacynópolis
<b>NOME DO PROJETO:</b>	Aquisição e instalação de transformador trifásico de 225 kVA, 34,5 kV, incluindo a elaboração do projeto elétrico da subestação e aprovação junto à concessionária de energia elétrica (ENERGISA).
<b>VALOR DO PROJETO:</b>	R\$ 95.291,45
<b>PROCESSO:</b>	1-319/2026

### Apêndices:

- ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;
- DFD - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA;
- PROJETO BÁSICO;
- PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DETALHADAS:
  - Planilha orçamento analítico (composições de preço unitário);
  - Planilha cronograma físico-financeiro.

## 2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

### 2.1. Condições gerais da contratação

2.1.1. Constitui objeto do presente Projeto Básico a Contratação de Empresa Especializada para a execução integrada de obra e serviços de engenharia, compreendendo o fornecimento, a instalação e a entrada em operação de transformador trifásico de média tensão, potência nominal de 225kVa, tensão primária de 34,5 kV, no distrito de Jacinópolis, município de Nova Mamoré – RO.

2.1.2. A contratação descrita se enquadra como obra de acordo com o art. 6º, incisos XII da Lei n. 14.133/21.





2.1.3. O prazo de vigência da contratação é de **3 (três) meses** contados da publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2.1.5. O prazo de execução e de vigência contratual será definido no instrumento contratual, devendo contemplar todas as etapas necessárias, desde a elaboração do projeto até a aprovação junto à concessionária e a energização final da subestação.

2.1.6. O objeto abrange, de forma completa e indissociável, todas as atividades necessárias à perfeita implantação do sistema elétrico, incluindo, mas não se limitando a:

- a) Elaboração do projeto elétrico executivo da subestação de média tensão;
- b) Dimensionamento técnico da subestação e dos equipamentos associados;
- c) Elaboração de memorial descritivo, memorial de cálculo, diagramas unifilares e demais peças técnicas exigidas;
- d) Protocolo, acompanhamento e atendimento às exigências da concessionária de energia elétrica ENERGISA, até a aprovação final do projeto;
- e) Fornecimento do transformador trifásico e de todos os materiais, equipamentos, acessórios e insumos necessários à sua instalação;
- f) Execução das obras civis e elétricas necessárias à implantação da subestação;
- g) Montagem eletromecânica, testes, ensaios, comissionamento e energização do sistema;
- h) Entrega da instalação em pleno funcionamento, em condições adequadas de segurança, confiabilidade e desempenho.





### **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

A aquisição se faz necessária em razão da substituição do transformador existente na subestação da escola Ozéias Martins da Silva, o qual queimou, e que resultou em transtorno à escola, ocasionando prejuízos, uma vez que os freezers estavam abastecidos com carnes e polpas de frutas, entre outros alimentos para atender ao ano letivo de 2026.

Considerando a aproximação do retorno às atividades escolares, que demanda exclusivamente de energia elétrica para o funcionamento das centrais de ar condicionado, freezers, geladeira, liquidificador, computadores entre outros, é que pleiteamos a substituição deste transformador de forma emergencial.

Diante do exposto, e em observância ao princípio da eficiência e do interesse público, a aquisição de um transformador de energia desta potência é considerada imprescindível para o pleno e adequado funcionamento das atividades da referida escola, uma vez que se aproxima o início do ano letivo de 2026.

Dessa forma, a implantação de um transformador trifásico de 225 kVA, em média tensão de 34,5 kV, configura-se como solução técnica adequada para atender à demanda atual da escola municipal, bem como possibilitar futuras ampliações, assegurando confiabilidade, estabilidade e qualidade no fornecimento de energia elétrica.

Ressalta-se, ainda, que a concessionária de energia elétrica ENERGISA exige, para qualquer intervenção no sistema de distribuição, a apresentação de projeto técnico específico, elaborado por profissional legalmente habilitado e devidamente aprovado. Assim, torna-se imprescindível a contratação integrada da elaboração do projeto da subestação, do fornecimento do transformador e da execução dos serviços, garantindo compatibilidade técnica, eficiência administrativa e conformidade regulatória.

A contratação atende, ainda, aos princípios da eficiência, do planejamento e da economicidade, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

A solução técnica adotada consiste na implantação de uma subestação de média tensão equipada com transformador trifásico de 225 kVA, operando em 34,5 kV no primário e 220/127 V no secundário, devidamente integrada ao sistema de distribuição local.





A empresa contratada será responsável por desenvolver o projeto elétrico completo da subestação, observando rigorosamente as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em especial a NBR 5356, bem como os padrões técnicos, manuais e instruções da concessionária ENERGISA.

Após a aprovação do projeto, a contratada deverá proceder ao fornecimento do transformador e à execução de todas as obras e serviços necessários à sua instalação, incluindo fundações, estruturas de suporte, aterramento, dispositivos de proteção, sinalização, montagem eletromecânica, testes e comissionamento.

A solução proposta deverá garantir níveis adequados de confiabilidade, segurança operacional e qualidade no fornecimento de energia elétrica, permitindo, inclusive, futuras ampliações do sistema, quando necessário.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **5.1. Subcontratação**

5.1.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, desde que previamente autorizada pela Administração, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução e qualidade dos serviços.

### **5.2. Garantia da contratação**

5.2.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os Arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, e terá seu valor atualizado nas mesmas condições, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária;





d) título de capitalização;

5.2.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

### **5.3. Vistoria Técnica**

5.3.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07:30 horas às 16:30 horas.

5.3.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.3.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.3.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5.3.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### **5.4. Aprovação de materiais**

5.4.1. É expressamente necessário a aprovação pela Comissão de Fiscalização todos os materiais empregados na referida obra, onde estes devem conter, quando aplicável, laudos que comprovem a sua qualidade e durabilidade a exemplo dos laudos dispostos na Portaria N° 62, de 17 de fevereiro de 2022 do INMETRO.





## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 6.1. Condições de execução

A execução do objeto deverá observar rigorosamente as disposições deste Projeto Básico, das Especificações Técnicas, da Planilha Orçamentária, do Cronograma Físico-Financeiro, bem como as normas técnicas vigentes e as determinações da fiscalização da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré.

### 6.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.2.1. Início da execução do objeto: Os serviços deverão iniciar **imediatamente** após o recebimento pela empresa da Ordem de Serviço;

6.2.2. Execução conforme projeto: durante a execução da obra, a contratada deverá obedecer fielmente aos serviços, métodos construtivos, materiais e especificações técnicas definidos nos documentos do contrato, atendendo às normas técnicas aplicáveis, às normas de segurança do trabalho e às exigências da concessionária local de energia elétrica ENERGISA.

6.2.3. Alterações no projeto: nenhuma modificação, alteração ou substituição de materiais ou procedimentos poderá ser realizada sem prévia e expressa autorização por escrito do fiscal do contrato e/ou da Comissão de Fiscalização da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré.

6.2.4. Cronograma de execução: a contratada deverá executar os serviços conforme o Cronograma Físico-Financeiro aprovado, mantendo a compatibilidade entre o avanço físico da obra e o desembolso financeiro, sob acompanhamento da fiscalização.

6.2.5. Prazo de conclusão: o prazo estimado para a conclusão da obra e dos serviços é de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, conforme estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro, podendo ser alterado apenas nas hipóteses legalmente previstas.





### **6.3. Local da obra**

6.3.1. Os serviços serão prestados **no distrito de Jacinópolis, no município de Nova Mamoré.**

6.3.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

6.3.3. O prazo de garantia contratual de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis é aquele estabelecido no Artigo 618 do Código Civil Brasileiro, sendo o prazo de 05 (cinco) anos de garantia.

6.3.4. O prazo prescricional para intentar ação civil é de 10 (dez) anos, conforme art. 205 do Código Civil Brasileiro. Procedimentos de transição e finalização do contrato.

6.3.5. Caso a contratada necessite extinguir com o contrato, deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **7.1. Gestão e fiscalização**

7.1.1 Conforme art. 117 da Lei nº 14.133/21, a execução do contrato decorrente do presente Certame deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, dessa forma, o referido Contrato terá como Gestor, o Gerente de Administração e Finanças, que será assistido e subsidiado por um ou mais Fiscais Administrativos e um Fiscal Técnico, por ele designado.

7.1.2. O Gestor e os Fiscais do Contrato poderão ser localizados na Prefeitura Municipal de Nova Mamoré, nos horários das 07:30 às 16:00.





7.1.3. Considerando o alto nível de complexidade em torno da gestão do contrato e fiscalização de obras e serviços de engenharia, bem como o grande volume de recursos que será empregado na obra, faz-se necessário, e, indispensável que se institua para fins deste Projeto Básico, a figura do Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico com a finalidade de auxiliar o Gestor, tendo as seguintes atribuições.

- Fiscal Administrativo: servidor(a) com conhecimento na Área Administrativa, a quem compete fiscalizar o contrato advindo deste Projeto Básico estritamente quanto aos aspectos administrativos da execução, limitados ao controle e acompanhamento da parte referente à documentação formal do contrato, compreendendo a verificação da legislação fiscal, tributária, trabalhista, comercial e contábil; e
- Fiscal Técnico: servidor (a) com conhecimento na Área Técnica, Engenharia e/ou Arquitetura, a quem compete fiscalizar o contrato advindo deste Projeto Básico nas questões estritamente técnicas, tais como: Compatibilidade entre Projetos e Planilhas e Memoriais Descritivos de Engenharia e de Arquitetura, acompanhamento da execução e cumprimento do Cronograma Físico Financeiro, a conformidade dos Projetos com as normas técnicas da ABNT, aderência às normas, e legislações Federal, Estadual e Municipal dentre outros aspectos da área Técnica, bem como no procedimento licitatório, fase interna e externa, para tanto, caso julgue necessário e pertinente, poderá solicitar auxílio de outro Técnico deste Poder, e desde que devidamente justificado, solicitar ao Gestor do Contrato um profissional especializado do setor público ou da iniciativa privada.

## **7.2. Fiscalização**

7.2.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

- Indicação do Gestor e Fiscais:

**GESTOR DO CONTRATO**

**Maria José Alves de Andrade**

Av.: Dom Pedro II, 7096 – João F. Clímaco - 76.857-000 - Nova Mamoré – Rondônia  
Telefone= (69) 3544-3020 E-mail: engenharia@novamamore.ro.gov.br







<b>FISCAL TÉCNICO</b>	Charles Sidney Lima da Silva
<b>FISCAL TÉCNICO</b>	Joana frade da Silva
<b>FISCAL ADMINISTRATIVO</b>	Maurício Brito do Nascimento

### **7.3. Fiscalização Técnica**

7.3.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.3.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.3.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.3.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

7.3.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

7.3.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).





#### **7.4. Fiscalização administrativa**

7.4.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### **7.5. Gestor do contrato**

7.5.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.5.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.5.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.5.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores





objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.5.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.5.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.5.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **8.1. Do recebimento**

8.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, de forma mensal, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

8.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

8.1.3. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

8.1.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).





8.1.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.1.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.1.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

8.1.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.1.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.1.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.1.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.1.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

8.1.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.





8.1.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.1.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.1.17. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.1.18. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.1.19 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.1.20. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.1.21. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.





8.1.22. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.23. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.1.24. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **8.2. Liquidação**

8.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.2.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade





de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **8.3. Prazo de pagamento**

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme seção anterior, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos.







8.3.2. Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, o credor será notificado para no prazo de três dias corridos para sanear o documento, após esse prazo a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da ordem cronológica.

8.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100) 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

**I** = Índice de atualização financeira;

**TX** = Percentual da taxa de juros de mora anual;

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso

#### **8.4. Forma de pagamento**

8.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.







8.4.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **8.5. Reajuste**

8.5.1. Durante o prazo de vigência do contrato, os preços serão irrevogáveis.

8.5.2. Ao fim dos doze meses iniciais de vigência do Contrato, caso decidido pela sua prorrogação, os reajustes serão corrigidos pelo Índice Nacional da Construção Civil - INCC.

## **9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1.1. A contratação será realizada por **dispensa de licitação, em caráter emergencial**, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, em razão da urgência devidamente caracterizada, a fim de evitar prejuízos e assegurar a continuidade do serviço público.

### **9.2. Regime de execução**

9.2.1. O regime de execução do contrato será **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

### **9.3. Critério de aceitabilidade de preços**

9.3.1. Considerando a natureza emergencial da contratação, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, a seleção do fornecedor a ser consultado para apresentação de





proposta dar-se-á com base em critérios objetivos, técnicos e devidamente motivados, não configurando escolha discricionária.

O fornecedor pretendo deverá comprovar:

- a) atuação regular e compatível com o objeto da contratação;
- b) capacidade de atendimento imediato, apta a evitar a interrupção ou comprometimento da continuidade do serviço público;
- c) estrutura técnica e operacional disponível, compatível com a execução do objeto no prazo requerido;
- d) menor risco à execução contratual, considerando a urgência e a essencialidade do serviço;
- e) preço compatível com os valores praticados no mercado, conforme estimativa e justificativa de preços constantes dos autos.

9.3.2. Quando caracterizada situação de monopólio, exclusividade técnica ou inviabilidade de competição, devidamente comprovada nos autos, a consulta poderá restringir-se ao único fornecedor apto a atender à demanda, sem prejuízo da devida justificativa da escolha e do preço.

9.3.3. A formalização da consulta ao fornecedor pretendo dar-se-á mediante ofício, solicitando proposta comercial e documentação mínima de habilitação, a serem juntadas ao processo administrativo.

#### **9.4. Exigências de habilitação**

9.4.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- **Habilitação jurídica**

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;





- b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- h) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. Habilitação fiscal, social e trabalhista.
- i) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- j) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

- k) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- l) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- m) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- n) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- o) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- p) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

- **Qualificação Econômico-Financeira**

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea c, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);





- **Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:**
  - a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
  - b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
  - c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
  - d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
  - e) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, correspondente a 10% do valor total estimado da contratação.
  - f) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
  - g) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- **Qualificação técnico-operacional:**
  - a) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.





- b) A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- c) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA (Certidão de Registro e Quitação Pessoa Jurídica) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, conforme o caso, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia CREA/Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, da região da Sede da Empresa.
- d) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- e) Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente:
- f) Engenheiro Eletricista, de nível superior, ou profissional que tenha atribuições na área de atuação, devidamente reconhecido pela entidade competente.
- g) O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- h) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- i) Entende-se por pertinente e compatível, em quantidades e prazos, os acervos técnicos ou atestados que comprovem a execução de serviços de aquisição, fornecimento e instalação de transformador de média tensão, incluindo a elaboração de projeto,





implantação de subestação elétrica e aprovação junto à concessionária de energia elétrica ENERGISA, em conformidade com as especificações técnicas do objeto.

- j) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- k) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- l) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

- **Qualificação técnico-profissional**

- a) Engenheiro Eletricista, de nível superior, ou profissional que tenha atribuições na área de atuação, devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica comprovando a **capacidade técnico-profissional que já executou obra de reforma com similaridade ao objeto.**

- **Participação de Cooperativas**

Para a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;







- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
  - a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 95.291,45 (noventa e cinco mil, duzentos e noventa e um reais e quarenta e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na Planilha Orçamentária em Anexo.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Vale salientar que o valor da despesa será custeado com Transferência Especial, conforme Dotação Orçamentária abaixo:

### **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**ÓRGÃO: 02 – PREFEITURA MUNICIPAL**







**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 02.07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**PROJETO/ATIVIDADE:** 12.361.0005.2012 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ENSINO - 3.3.90.39.00 – OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

**CATEGORIA ECONÔMICA:** 4.4.90.52 – MATERIAL PERMANENTE

**FICHA:** 171 e 160

## **12. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

12.1. Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente Projeto Básico, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria.

12.2. Poderão participar empresas que se encontrem em recuperação judicial e/ou extrajudicial.

12.3. Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21).

12.3.1. Aquele que não atenda às condições deste projeto básico e seu(s) anexo(s);

12.3.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

12.3.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

12.3.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

12.3.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles





seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

12.3.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

12.3.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

12.3.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

12.3.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

12.3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.3.11. **Empresas estrangeiras que não atenderem às exigências de habilitação**, onde tais serão exigidas mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado.

12.3.12. Não será admitida a participação de empresas que possuam nos seus quadros, funcionários ou servidores do MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, inclusive na condição de sócio ou dirigente.

12.3.13. Empresas reunidas em CONSÓRCIO, com vistas na gestão e acompanhamento da obra.





### **13. INSTRUMENTO CONTRATUAL E OBRIGAÇÕES**

#### **13.1. Da Contratante**

A contratante obriga-se, nos seguintes termos:

- 13.1.1. Caberá à contratante fornecer as informações necessárias para a realização dos trabalhos;
- 12.1.2. O fiel cumprimento das obrigações das obrigações pactuadas no CONTRATO, como também o fiel pagamento das parcelas devidas;
- 13.1.3. Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases da execução do presente objeto;
- 13.1.4. A preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia.

#### **13.2. Da Contratada/Fornecedor**

São obrigações da contratada, além daquelas exigidas em Lei 14.133/21:

- Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:
- I - Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
- II - Mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- III - Utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;
- IV - Avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;





- V - Proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;
- VI - Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

À CONTRATADA incumbe o dever de observar integralmente as disposições legais relativas à reserva de cargos destinados a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, conforme estabelecido no Inciso XVII do Artigo 92 da Lei nº 14.133/21, bem como quaisquer outras normativas pertinentes.

Compete à CONTRATADA, antes de iniciar os serviços, fazer minucioso exame das especificações de modo a poder, em tempo hábil e por escrito, apresentar aos componentes da equipe de fiscalização, todas as dúvidas por ventura encontradas para devido esclarecimento e aprovação.

Apresentar novo cronograma físico-financeiro para a obra antes de emissão da Ordem de Serviços, mantendo-se o prazo total de execução, que servirá para as previsões de desembolso da CONTRATADA, e importante, será o balizador para aplicação das multas por atrasos, seja por atraso de etapas ou de prazo. Caso a empresa não tenha interesse em fazê-lo, o cronograma físico-financeiro inicial continuará sendo o balizador.

Apresentar à FISCALIZAÇÃO todos os materiais a serem empregados na obra em suas embalagens originais para que os mesmos possam ser aprovados antes da sua utilização.

Empregar materiais de acordo com as especificações técnicas e as indicações de projeto – respeitadas as marcas, tipos, modelos, cores, dimensões, etc., independente de consulta. Sua substituição por similares deverá ser previamente aprovada através de consulta feita por escrito e encaminhada à FISCALIZAÇÃO; obrigando-se a CONTRATADA a demonstrar a similaridade do material ou equipamento proposto mediante a apresentação de laudos comprobatório ou testes de ensaio, de institutos idôneos e reconhecidos.

Assumir total e integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como pelos danos decorrentes de realização destes trabalhos, sob critérios da Lei 14.133/21, observado o artigo 618, parágrafo único, do Código Civil.





Prestar à obra toda a assistência técnica e administrativa necessária, adquirindo e mantendo durante a execução dos serviços todo pessoal especializado e materiais necessários a uma execução perfeita e dentro dos prazos estabelecidos, além de equipamentos destinados ao atendimento de emergência, incluindo os de proteção contra incêndio e acidente de trabalho – EPI e EPC.

Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO, facultando seu acesso a qualquer parte da obra para inspeção de serviços ou materiais, inclusive locais fora do canteiro como depósitos ou oficinas, onde estejam armazenados ou em fabricações materiais para emprego na obra.

### **13.3. Responsabilizar-se:**

- a) Pelas instalações de água, esgoto, luz, força e telefone.
- b) Pelo transporte de operários, equipamentos e materiais, dentro e fora do canteiro de obras.
- c) Pela manutenção do canteiro permanentemente em condições de higiene.
- d) Pela sinalização de segurança e circulação.
- e) Por qualquer acidente ocasionado em decorrência da obra, tanto ao pessoal a ela diretamente ligado, bem como a terceiros, ainda que ocorrido em via pública.

### **13.4. A responsabilidade:**

Pelo uso de patentes registradas.

Pela destruição ou danificação da obra em construção até a definitiva aceitação da mesma pelo CONTRATANTE, ainda que resultado de caso fortuito e por qualquer causa.

Pelas indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos em via pública, ou locais de terceiros.

Comunicar à Administração, por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimento que impeçam, mesmo que temporariamente, a





CONTRATADA de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do presente, total ou parcialmente, por motivo superveniente.

Compromete a não fazer uso dos materiais e informações do presente objeto para outra finalidade, senão as propostas neste PROJETO BÁSICO, sob a responsabilidade de sofrer sanções legais.

Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes às obrigações fiscal, social, tributária e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si.

Responsabilizar-se, e a seu ônus, pela aprovação/autorização dos projetos juntos aos órgãos regulares/fiscalização/concessionários, além de providenciar todas as licenças e franquias previstas em Lei necessárias à execução dos serviços contratados, incluindo os pagamentos exigidos e observados as leis, regulamentos e posturas referentes à obra e segurança pública.

Obriga-se a demolir e a refazer os trabalhos condenados pela FISCALIZAÇÃO, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.

Providenciar Livro de Registro da Obra, a ser mantido no escritório do canteiro, tendo todas as folhas sequencialmente numeradas e visadas diariamente com os apontamentos das ocorrências e pessoal, Todas as ordens da FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA serão ali escritas.

Não realizar alteração do projeto sem a autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO no Livro de Registro da Obra.

Saber que é parte integrante das especificações técnicas, mesmo não estando anexadas, as Normas Técnicas e Métodos Brasileiros aprovados ou recomendados pela ABNT, bem como as normas ou regulamentos das Concessionários, que deverão ser rigorosamente seguidos.

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.





Fazer, impreterivelmente, forma imediata entre a assinatura do Contrato e o início da obra, minucioso exame das especificações e projetos, de modo a poder, em tempo hábil e por escrito, apresentar à fiscalização, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para devido esclarecimento e aprovação, sob pena de preclusão.

Responsabiliza-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, regularidade ambiental, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas no total ou em parte, o objetivo desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de má qualidade dos materiais empregados, até o prazo de 05 (cinco) anos, na forma do art. 618, do Código Civil Brasileiro, sem ônus para a Prefeitura.

Também assim, garantir durante a execução, a proteção e a conservação dos serviços executados, até o seu recebimento definitivo.

Manter a guarda da obra, até o seu final e o definitivo recebimento e a comprovação de funcionalidade da obra pela Prefeitura.

Adquirir e manter permanentemente no escritório da obra, um livro de ocorrência sem rasuras ou entrelinhas, padrão fornecido pela Prefeitura, para registro obrigatória de todas e quaisquer ocorrências que mereçam destaque e ART de execução da obra devidamente registrada.

Deverá manter permanentemente no canteiro de obras, engenheiro residente com plenos poderes de decisão na área técnica e com registro junto ao CREA/RO.

Promover e responder por todos os fornecimentos de água e energia elétrica, à execução da obra, inclusive as instalações provisórias destinadas ao atendimento das necessidades.

Será ainda responsável por quaisquer ações decorrentes de pleitos referentes a direitos, patentes e royalties, face à utilização de técnicas, materiais, equipamentos, processos ou métodos na execução da obra contratada.







Conduzir a execução da obra pactuada em estrita conformidade com o projeto básico ou executivo aprovado pelo Contratante, guardadas as normas técnicas pertinentes à natureza e a finalidade de empreendimentos.

Assumir toda a responsabilidade civil sobre a execução da obra, objeto desta licitação.

Contratar todos os seguros exigidos pela legislação brasileira, inclusiva os pertinentes a danos a terceiros, acidente de trabalho, danos materiais a propriedades alheias e os relativos a veículos e equipamentos.

Adquirir e manter no local da execução da obra, todos os equipamentos destinados ao atendimento de emergência, incluindo os proteção contra incêndio e acidente de trabalho – EPI e EPC.

Além dos equipamentos e vestimentas exigidos por lei e norma da segurança (Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977 e Norma Regulamentadora nº 06/78), os funcionários deverão apresentar-se uniformizados.

Permitir e facilitar a inspeção da fiscalização, inclusive prestar informações e esclarecimento quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos pertinentes a execução da obra.

A Contratada é obrigada a colocar e manter no local da obra, placa discriminando o objeto e o número do Contrato, com o respectivo valor, o modelo será fornecido pela prefeitura.

Os veículos, equipamentos e máquinas no acampamento deverão ser uniformes, fixando-se em duas faces dos mesmos o slogan “A serviço da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré”, com modelo fornecido pelo Contratante.

Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, compatíveis com as obrigações por esta assumida (art. 67 da Lei nº 14.133/2021).

Na ausência de luz solar. Nos serviços de pequena duração que envolva riscos de acidentes, as placas de sinais verticais deverão ser preferencialmente assentadas em bases de







fácil transporte e não fixados ao solo. O uso de cavaletes e cones destina-se principalmente para orientar o fluxo dos veículos, em decorrência de interdições das vias.

A Contratada será responsabilizada por todo e qualquer acidente causado a algum usuário da via, em que seja contatada como causa a ausência de sinalização. Devendo assim manter o local da obra devidamente sinalizado.

Os serviços de implantação de tachas ou serviços de pintura de faixas, setas, zebrados, pórticos, etc., somente deverão ser iniciados após a instalação da sinalização de segurança (cones, cavaletes e dispositivos refletivos e piscantes), fornecidos pelo Contratada. Além disso, todos os funcionários deverão usar uniformes, coletes refletivos e crachás de identificação, preso no uniforme em local visível, no desenvolvimento dos serviços.

Em todas as obras a sinalização e dispositivos de segurança de segurança nas obras deverão atender as normas e especificações DER/RO, DNIT, ABNT e ECONTRAN;

A Contratada só deverá iniciar a obra após a colocação das placas de sinalização e dispositivos de segurança de obras, os quais deverão ser mantidos e conservados durante toda obra, tanto no que se refere à limpeza dos dispositivos, para sua boa visualização, quanto à imediata reposição dos materiais danificados ou furtados.

Todos os ônus decorrentes da execução de serviços em desacordo com os projetos de sinalização ou com as Especificações, correrão por conta da Contratada.

A Contrata deverá comunicar imediatamente à fiscalização, sempre que for verificado o aparecimento de interferência que impeçam o desenvolvimento normal dos serviços e principalmente nos casos em que suas continuidades gere situações de insegurança e risco de vida a veículos e pedestres, para providências.

Os danos causados a bens públicos ou de terceiros, acidentes com funcionários e/ou com o envolvimento de terceiros, correrão sob responsabilidade da Contratada. A esta caberá também os eventuais ressarcimentos financeiros às vítimas dos danos.

Correm por conta da Contratada todas as despesas com os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas e especificações da ABNT, para a boa execução do objeto do contrato.





Providenciar aos contratados nos termos da Lei nº 2.134, de 2009 e do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021:

- a) Uniforme idêntico ao utilizado pelos demais contratados, sem singularização da condição de trabalhador preso ou egresso;
- b) Equipamentos de proteção;
- c) remuneração, nos termos da legislação pertinente.

Percentual disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual nº 2.134, de 2009; - Observar todo o disposto no Decreto Estadual nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021;

A contratada se obriga a elaborar e/ou às suas custas todas as Certidões, documentos e projetos exigidos para o perfeito e continuo desenvolvimento das obras, inclusive ambientais, assim como todos os pré-requisitos necessários e suficientes para a regularização do objeto nas diversas esferas públicas, inclusive junto a Prefeitura Municipal de Nova Mamoré - para fins de Alvará de Construção até a emissão do "habite-se".

A contratada se obriga a elaborar, às suas custas o projeto "As-Built" (conforme construído) como segue:

#### **14. MANUAL DO PROPRIETÁRIO**

Este documento deve ser elaborado pela contratada e deve entregue para arquivo na Prefeitura Municipal de Nova Mamoré, ao final da construção de acordo com Norma Brasileira - NBR 14.037 – diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações – Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos.

O Manual deve conter, no mínimo:

- Cópias de todos os projetos de aprovação (prefeitura, bombeiros, etc...);
- Cópias dos projetos como construído ("as built") NBR 14.645 – Elaboração do “como construído” para edificação;
- Alvará e licenças;





- Termos de garantia de materiais, máquinas e equipamentos;
- Manual de uso e manutenção das máquinas e equipamentos.
- Toda a documentação por meio físico e em mídia digital.

#### **14.1. Das Sanções Administrativas**

No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação/notificação.

A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação ou apresentá-la com conteúdo falso, ensejar o retardamento da realização da contratação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos e, se for o caso, será descredenciada do SICAF, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Projeto Básico e demais cominações legais aplicáveis.

O atraso injustificado na execução do objeto ou o descumprimento das obrigações estabelecidas sujeitarão a contratada à multa de mora, conforme percentuais e bases de cálculo estabelecidos no item DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, a qual será recolhida no prazo máximo de quinze dias, uma vez comunicada oficialmente.

Transcorrido o prazo máximo de 10 (dez) dias de inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá rescindi-lo. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, no prazo de cinco dias úteis a contar da notificação, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

#### **Advertência:**

- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, ou sobre o valor correspondente a parte não executada, no caso de inexecução parcial, a ser recolhida no prazo de quinze dias, contado da comunicação oficial;





- Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com esta Prefeitura, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. (inciso IV, do art. 156, da Lei nº 14.133/21).

A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da CONTRATADA de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:

- Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura, em virtude de atos ilícitos praticados;
- Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do CONTRATANTE;
- Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 14.133/2021, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do CONTRATANTE após a assinatura do Contrato;





- Apresentação, ao CONTRATANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação.

Se o valor da multa não for pago, será cobrado administrativamente, podendo, ainda, ser cobrado judicialmente. Em caso de negativa de assinatura do termo contratual por parte da licitante vencedora será ela penalizada com multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta, a ser recolhida no prazo de quinze dias, contado da comunicação oficial, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Mamoré e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas aqui estipuladas e também previstas na Lei 14.133/21.

Os valores das multas aplicadas deverão ser recolhidos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será abatido da garantia, quando houver. Sendo a garantia insuficiente, o valor complementar será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

Serão remetidas cópias dos processos administrativos dos fornecedores que sofrerem sanção administrativa passível da inserção no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual pela Controladoria Geral do Estado, nos termos da Lei nº. 2.414/2011.

- Ressalvada a hipótese de força maior e caso fortuito, o atraso injustificado na execução parcial ou total do objeto sujeitará a Contratada, nos termos do Título IV, Capítulo I da Lei n. 14.133/21, à multa de mora diária, os seguintes sansões:





- Multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global do contrato, por dia de atraso para assinatura do instrumento contratual, até o limite de 10 (dez) dias, após o qual poderá ser aplicada a multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, caso a empresa vencedora da licitação não compareça para assinatura, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;
- Multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global do contrato, por dia de atraso para o recebimento da Ordem de Serviço, contado a partir do vencimento do prazo da convocação, até o limite de 10 (dez) dias, após o qual será considerada a inexecução parcial ou total do contrato, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;
- Multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor global do contrato, por dia de atraso, após o transcurso do prazo previsto para o início da execução dos serviços, até o limite de 15 (quinze) dias, após o qual será considerada a inexecução parcial ou total do contrato, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;
- Multa de mora de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de não proceder à disponibilização dos equipamentos, instalações, aparelhamento ferramental, veículos e pessoal técnico adequado e necessário para a realização do objeto da presente licitação, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada;
- Multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global do contrato, por cada obrigação descumprida, até o limite de 10% (dez por cento), sem prejuízo de uma possível rescisão contratual, nos moldes do artigo 138, da Lei 14.133/21;
- Multa de mora de 10% (dez por cento) sobre o valor das correções ou reparos na obra que se fizerem necessários no decorrer de 05 (cinco) anos contados de seu recebimento definitivo, conforme constatado pela Comissão de Fiscalização, caso não sejam executados no prazo estabelecido pela Prefeitura para realização dos serviços;

As multas previstas no subitem anterior podem ser aplicadas cumulativamente com as multas compensatórias estipuladas pela inexecução total ou parcial da obra contratada.





Pela inexecução parcial da obra, a Contratada estará sujeita à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

Pela inexecução total da obra a Contratada estará sujeita à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor global do Contrato. A incidência de quaisquer das multas moratórias previstas neste instrumento não eximirá a Contratada da obrigação de efetuar os reparos e correções necessárias na obra.

As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
01	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
02	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os fornecimentos dos bens adquiridos.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia







<b>05</b>	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
<b>06</b>	Inexecução total do contrato.	10	10 %
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>			
<b>07</b>	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
<b>08</b>	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
<b>09</b>	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
<b>10</b>	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
<b>11</b>	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia

*(\*) Incide sobre a parte inadimplida.*

As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.







A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta contratação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

## **15. INFORMAÇÕES GERAIS**

Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (69) 3544-3020 ou na sede da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos situada na Av. Dom Pedro II, 7096 – João F. Clímaco - 76.857-000 - Nova Mamoré /RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

O presente Projeto Básico foi elaborado pela servidora Joana Frade da Silva e aprovado por Eunice Menezes de Souza – Secretária Municipal de Educação.

## **16. RESPONSÁVEIS**

A responsabilidade desta contratação ficará sob os gestores, fiscais, secretaria demandante e autoridade competente.







# Município de Nova Mamoré

22.855.183/0001-60  
Av. Dom Pedro II  
www.novamamore.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Projeto Básico</b>	<b>- Transformador</b>	<b>13/02/2026</b>
ID: <b>309861</b>		Processo
CRC: <b>7E6DC5AE</b>		Documento
Processo: <b>1-319/2026</b>		
Usuário: <b>JOANA FRADE DA SILVA</b>		
Criação: <b>13/02/2026 17:16:33</b>	Finalização: <b>13/02/2026 17:16:33</b>	

MD5: **4A620EEEE7801FC4FC8FE124FC457638**  
SHA256: **40F95C2D8ED91A5B37E1C7A6B90E361E97F7BCB6CCB36B23D6D61064B9E26AC5**

Súmula/Objeto:  
**Projeto Básico - Transformador**



### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED	NOVA MAMORE	RO	13/02/2026 17:16:33
--	-------------	----	---------------------

### ASSUNTOS

AQUISIÇÃO TRANSFORMADOR DE ENERGIA ELÉTRICA PARA ESCOLA OZÉIAS MARTINS DA SILVA	13/02/2026 17:16:33
---	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	JOANA FRADE DA SILVA	ASSESSORA. TEC. DE OBRAS E PROJETOS CC-2	13/02/2026 17:17:12
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 7.948/2024.			
	EUNICE MENEZES DE SOUZA	SECRETARIO(A) MUN. DE EDUCAÇÃO	13/02/2026 18:09:22
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 7.948/2024.			

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novamamore.ro.gov.br](http://transparencia.novamamore.ro.gov.br) informando o ID 309861 e o CRC 7E6DC5AE.